



**Ministério da
Fazenda**



Parecer Cogex/GNP nº 172/2026

Data: 15 de maio de 2026

Processo nº 10265.185256/2026-78

Interessado: ASSOCIAÇÃO FIQUEM SABENDO (CNPJ: 32.344.117/0001-89)

Assunto: Solicitação de acesso à informação. Serviço de Informação ao Cidadão – SIC.

LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO.

Solicitação de informações sobre denúncias relativas assédio moral e sexual, bem como Processos Administrativos Disciplinares (PAD) decorrente dos mesmos ilícitos, registrados nos últimos 3 anos pelos órgãos/secretarias vinculadas ao Ministério da Fazenda.

Proposta de deferimento da solicitação e registro no sistema SD-SIC deste parecer.

I. RELATÓRIO

1. Trata-se de solicitação de acesso à informação com base na Lei nº 12.527, de 18/11/2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI), por meio do “Serviço de Informação ao Cidadão - SIC” (SIC nº 119257), protocolada em 07/05/2028.

2. Em síntese, o interessado solicita informações relativas a denúncias recebidas e Processos de Administrativos de Disciplinares (PAD) instaurados no âmbito dos órgãos/secretarias vinculadas ao Ministério da Fazenda, conforme transcreve-se a seguir:

(...)

Com base na Lei nº 12.527/2011 (LAI), solicito ao Ministério da Fazenda dados sobre denúncias e processos administrativos de assédio moral e sexual registrados nos últimos 3 anos (2023?2025), abrangendo todos os órgãos e secretarias vinculadas ao MF:

1. Quantidade total de denúncias recebidas por ano e por órgão/secretaria (STN, SRFB, PGFN, SPE, etc.).
2. Classificação por tipo: assédio moral, assédio sexual ou ambos.
3. Classificação por gravidade, se houver escala interna (leve, médio, grave ou equivalente).

4. Situação/providência adotada em cada caso: arquivado, em apuração, sindicância instaurada, PAD instaurado, punição aplicada, encaminhado ao MPF, etc
5. Tipo de punição aplicada nos casos concluídos: advertência, suspensão, demissão, cassação de aposentadoria, etc.
6. Percentual de casos concluídos vs. em aberto por órgão.
7. Existe canal formal de denúncia interno no MF? Se sim, qual?

Solicito os dados em formato agregado/anonimizado, sem identificação de denunciante ou denunciados.

II. FUNDAMENTOS

3. A Lei de Acesso à Informação estabelece que todas as informações produzidas ou custodiadas pelo Poder Público são públicas e, portanto, acessíveis a todos os cidadãos, ressalvadas as hipóteses de sigilo legalmente estabelecidas. Conforme o art. 4º, I, as informações são “dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato”.

4. Já o art. 4º, VI, da Lei em comento, as informações devem estar disponíveis. A disponibilidade é a “qualidade da informação que pode ser conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizados”.

5. Por fim, o art. 7º da LAI estabelece um rol exemplificativo daquilo que se pode obter por meio do exercício do direito de acesso à informação, que abrange a “*informação contida em registros ou documentos, produzidos ou acumulados por seus órgãos ou entidades, recolhidos ou não a arquivos públicos*” (inciso II).

6. Conforme a solicitação, o interessado requer informações relativas a denúncias recebidas e Processos de Administrativos de Disciplinares (PAD) instaurados no âmbito dos órgãos/secretarias vinculadas ao Ministério da Fazenda.

7. Informa-se, primeiramente, que a resposta se centrará em denúncias e processos instaurados em desfavor de empregados públicos e servidores em exercício na Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), tendo em vista a competência regimental prevista à Corregedoria da RFB (art. 16 da Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020 - Regimento Interno da RFB). Informações acerca de denúncias e processos instaurados contra servidores de outros Órgãos do Ministério da Fazenda devem ser a estes diretamente solicitadas, visto que não estão disponíveis nos bancos de dados da Corregedoria da RFB.

8. No que se refere ao solicitado no item 1 da solicitação, informamos que foram abertos pela Corregedoria da Receita Federal do Brasil, no período de 2023 a 2025, 31 (trinta e um) processos administrativos em decorrência de notícias, sejam denúncias ou representações, acerca de supostos assédios moral e/ou sexual, conforme verifica-se na tabela a seguir:

Ano de abertura do processo	Quantidade de processos
2023	6
2024	7
2025	18
Total:	31

9. No tocante ao solicitado nos itens 2 a 5, ou seja, a classificação por tipo de assédio noticiado e por gravidade do suposto ilícito, a situação/providência adotada e as penalidades aplicadas aos casos concluídos, resumimos os dados nas tabelas a seguir:

PROCESSOS ABERTOS EM 2023	
TIPO DE ASSÉDIO NOTICIADO	03 (três) processos relativos a supostos assédios sexuais; 01 (um) processo relativo a suposto assédio moral e 02 (dois) processos relativos a ambos os tipos de assédio.
GRAVIDADE ATRIBUÍDA, CASO CONFIRMADA A NOTÍCIA	03 (três) processos para os quais tal critério não foi atribuído; 01 (um) processo para o qual foi atribuída gravidade baixa e 02 (dois) processos para os quais foi atribuída gravidade alta.
PROVIDÊNCIA ADOTADA E PENALIDADES APLICADAS AOS CASOS CONCLUÍDOS	01 (um) processo encontra-se em fase de admissibilidade ¹ ; 04 (quatro) processos foram arquivados em juízo de admissibilidade negativo e 01 (um) processo no qual foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta (TAC).

PROCESSOS ABERTOS EM 2024	
TIPO DE ASSÉDIO NOTICIADO	4 (quatro) processos relativos a supostos assédios sexuais e 3 (três) processos relativos a supostos assédios morais.
GRAVIDADE ATRIBUÍDA, CASO CONFIRMADA A NOTÍCIA	03 (três) processos para os quais foi atribuída gravidade baixa; 01 (um) processo para o qual foi atribuída gravidade moderada e 03 (três) processos para os quais foi atribuída gravidade alta.
PROVIDÊNCIA ADOTADA E PENALIDADES APLICADAS AOS CASOS CONCLUÍDOS	01 (um) processo encontra-se em fase de admissibilidade; 05 (cinco) processos foram arquivados em juízo de admissibilidade negativo; e em 01 (um) processo foi instaurado PAD, estando o procedimento em curso.

PROCESSOS ABERTOS EM 2025	
TIPO DE ASSÉDIO NOTICIADO	4 (quatro) processos relativos a supostos assédios sexuais e 14 (quatorze) processos relativos a supostos assédios morais.
GRAVIDADE ATRIBUÍDA, CASO CONFIRMADA A NOTÍCIA	10 (dez) processos para os quais foi atribuída gravidade baixa; 05 (cinco) processos para os quais foi atribuída gravidade moderada e 03 (três) processos para os quais foi atribuída gravidade alta.
PROVIDÊNCIA ADOTADA E PENALIDADES APLICADAS AOS CASOS CONCLUÍDOS	09 (nove) processos encontram-se em fase de admissibilidade e 08 (oito) processos foram arquivados em juízo de admissibilidade negativo e 01 (um) processo foi juntado a um PAD instaurado de 2024 para apuração conjunta.

10. Cabe pontuar que, dos 07 (sete) processos abertos em 2024, 03 (três) são decorrentes da mesma notícia relativa a supostos assédios sexuais.

11. Relativamente ao solicitado no item 6, conforme verifica-se nas tabelas e nos esclarecimentos constantes no presente parecer, 18 processos foram concluídos (17 (dezessete) foram arquivados em juízo de admissibilidade negativo, 01 (um) em que foi firmado TAC) e 13 processos encontram-se em andamento (11 (onze) encontram-se em fase de admissibilidade e 02 (dois) estão sendo analisados conjuntamente em um mesmo PAD).

¹ Fase prévia e não punitiva com o intuito de verificar, por meio de procedimentos investigativos e/ou analíticos, se consta nas notícias que chegam ao conhecimento da Corregedoria da RFB, sejam por denúncias ou representações, eventual irregularidade funcional ensejadora de instauração de sindicância ou processo administrativo disciplinar, ou seja, a presença de indícios de materialidade de fato infracional e de autoria de ilícito disciplinar.

Sendo assim, aproximadamente 58% dos processos abertos pela Corregedoria da Receita Federal do Brasil, no período de 2023 a 2025 foram concluídos.

12. Por fim, quanto ao item 7 da solicitação, informamos que existe o canal de denúncia Fala.BR. Ademais, a fim acolher as vítimas de assédio, foi instituído no âmbito da RFB os canais de acolhimento “Espaço da Fala” e “Fala, Mulher!” em que as vítimas são orientadas, caso desejem, sobre os procedimentos para efetuar denúncia.

III. CONCLUSÃO

13. Considerando o exposto, propõe-se o deferimento do pedido, com esteio nos arts. 4º e 7º da Lei nº 12.527/2011.

14. Outrossim, propõe-se o encaminhamento do presente parecer à autoridade competente e inclusão no sistema SD-SIC.

Assinado digitalmente
Priscilla Nogueira de Medeiros Netto
Auditora Fiscal da Receita Federal do Brasil
Membro do Grupo Nacional de Pareceristas – GNP

De acordo. Encaminhe-se ao Corregedor.

Assinado digitalmente
Júlio César de Sousa Marinho
Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil
Supervisor do Grupo Nacional de Pareceristas
Portaria de pessoal Coger nº 808, de 18 de agosto de 2025

Aprovo.

Assinado digitalmente
Guilherme Bibiani Neto
Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil
Corregedor da Receita Federal do Brasil



Ministério da Fazenda

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

O Ministério da Fazenda garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e da Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012.

A página de autenticação não faz parte dos documentos do processo, possuindo assim uma numeração independente.

Documento produzido eletronicamente com garantia da origem e de seu(s) signatário(s), considerado original para todos efeitos legais. Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.

Histórico de ações sobre o documento:

Documento juntado ao processo em 20/05/2026 07:15:09 por PRISCILLA NOGUEIRA DE MEDEIROS NETTO.

Documento assinado digitalmente em 15/05/2026 13:43:45 por PRISCILLA NOGUEIRA DE MEDEIROS NETTO

Documento assinado digitalmente em 15/05/2026 14:32:17 por JULIO CESAR DE SOUSA MARINHO

Documento assinado digitalmente em 19/05/2026 18:12:08 por GUILHERME BIBIANI NETO

Esta cópia / impressão foi realizada por CAROLINA LIMA FERREIRA em 20/05/2026.

Instrução para localizar e conferir eletronicamente este documento na Internet:

1) Acesse o endereço:

<https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx>

2) Entre no menu "Legislação e Processo".

3) Selecione a opção "e-AssinaRFB - Validar e Assinar Documentos Digitais".

4) Digite o código abaixo:

EP20.0526.07565.3ON6

5) O sistema apresentará a cópia do documento eletrônico armazenado nos servidores da Receita Federal do Brasil.

Código hash do documento, recebido pelo sistema e-Processo, obtido através do algoritmo sha2:
9E367DB4890846780929B0AF2E5B91B01CD1B4C83E5E6B4EE85E59EEA544ACB3